

Olhares sobre a (in)definição conceptual de educação para o desenvolvimento

Views on the conceptual (in) definition of education for development

Elza Mesquita

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

elza@ipb.pt

Sofia Bergano

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

sbergano@ipb.pt

Maria da Conceição Martins

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

cmartins@ipb.pt

Angelina Sanches

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

asanches@ipb.pt

Ilda Freire Ribeiro

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

ilda@ipb.pt

Resumo

Neste artigo pretendem-se discutir os resultados da análise das investigadoras e da autoanálise dos participantes sobre atividades de educação para o desenvolvimento plasmadas em formato de póster. O estudo é exploratório e de cariz qualitativo. Analisaram-se 15 pósteres tendo em consideração os princípios unificadores da educação para o desenvolvimento. Os dados refletem divergências entre as investigadoras e os participantes no estudo, pelo que, face aos resultados, e de modo a que possa existir uma maior e melhor convergência de olhares, pensa-se que será importante proceder à redefinição da conceptualização de educação para o desenvolvimento, contribuindo para uma definição mais clara e objetiva.

Palavras-chave: *Educação para o desenvolvimento; cidadania global; formação*

Abstract

In this paper we aim to debate the result of the analysis carried out by the authors and combine it with the self-analysis of participants in several initiatives on education for development which were presented in poster format. The study is of exploratory and qualitative nature. On the whole, 15 posters were analysed, taking into account the unifying principles of education for development. The data show differences among the researchers and the participants in the study. This allows us to think that, in order to create a greater convergence among these different viewpoints it is relevant to redefine the conceptualization of education for development, contributing to a clearer and more objective notion.

Keywords: *Education for development; global citizenship; formation*

Introdução

O plano de ação (2010-2015) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento define um conjunto articulado de tipologias de atividades que tem por base a promoção da cidadania global, através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade para as questões do desenvolvimento, tendo como horizonte a ação orientada para a transformação social. Estão ainda consagrados neste plano objetivos específicos e medidas a implementar. Enquanto grupo de trabalho organizámos um Seminário subordinado ao tema “Educação para o Desenvolvimento: Um Desafio para

Todos” e pretendíamos que este se constituísse como um espaço de partilha e debate de práticas e experiências promotoras de Educação para o Desenvolvimento (ED), abrangendo as diferentes áreas e domínios de intervenção curricular. Convidámos todos os interessados [alunos, funcionários docentes e não docentes da Escola Superior de Educação de Bragança (ESEB)] a participar, recorrendo à apresentação de uma comunicação em formato de poster. A colaboração da comunidade educativa pretendia dar resposta à questão: O que fazemos na ESEB, no âmbito da ED? Decorrido o Seminário solicitámos aos autores/participantes que fizessem uma autoanálise do poster, considerando o seu conteúdo e, em função disso, que atendessem ao preenchimento de um inquérito por questionário, observando os princípios unificadores da ED e os quatro objetivos específicos que lhe estão associados. A mesma análise foi elaborada em paralelo pelo grupo de trabalho. Procedeu-se posteriormente a uma análise comparativa dos resultados. Neste estudo exploratório, de cariz qualitativo, podemos adiantar que, no olhar das investigadoras, e no que diz respeito aos princípios unificadores da ED, sobressai o princípio da cidadania global. Se considerarmos os objetivos gerais salienta-se a promoção de atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores. No olhar dos participantes, o princípio unificador do desenvolvimento sustentável foi o mais indicado e quanto ao objetivo geral a escolha recai na promoção da capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e na criação de dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional. Face aos resultados, e de modo a que possa existir uma maior e melhor convergência de olhares, pensa-se que será importante proceder à redefinição da conceptualização de ED tornando-a mais clara.

Do que falamos quando nos referimos à educação para o desenvolvimento?

A definição conceptual de educação para o desenvolvimento (ED) não é tarefa fácil e por esse motivo importa refletir sobre esta temática com o objetivo de clarificar pressupostos e questionar o potencial transformador deste domínio de reflexão e ação.

Começamos por nos debruçar sobre o próprio conceito de educação e para tal retomamos algumas das preocupações fundamentais da filosofia da educação na sua perspetiva mais tradicional da análise das antinomias que a caracterizam. Para esta tarefa convocamos Quintana Cabanas (2002), anotando que a educação é, simultaneamente, um processo de socialização e de desenvolvimento das potencialidades individuais de cada educando. Assim, enquanto processo de socialização, visa a transmissão de conhecimentos, saberes, valores, enfim, cosmovisões que, enquanto organizadoras do mundo, funcionam como ancoradouros de

sentido para a (re)construção das narrativas pessoais e coletivas que organizam os quotidianos. Constitui-se num processo de individualização do educando, sujeito que se apropria e transforma o-que-vem (e-o-que-vai) tocando numa perspetiva de educação ao longo da vida. Neste compromisso entre a dimensão individual e coletiva da tarefa educativa, percebemos a inevitabilidade de conceptualizar a educação enquanto processo múltiplo e marcado pela complexidade.

Acrescentamos, o conceito de desenvolvimento, e também aqui encontramos a polissemia da palavra e a constatação paradoxal de que toda a educação que se perspetive como orientada para uma finalidade, deve ter como característica essencial e definidora a promoção do desenvolvimento, sendo ele percebido como desenvolvimento da pessoa como ser individual ou numa perspetiva mais ampla do desenvolvimento de comunidades, mais ou menos amplas.

Quando se intersejam os vocábulos - educação e desenvolvimento -, traduzem-se num novo conceito, complexo e polissémico, é certo, mas que procura refletir e problematizar a dimensão educativa e do desenvolvimento de forma integrada, dinâmica e crítica. Neste sentido, quando se concetualiza a educação para o desenvolvimento (ED) ou a educação para a cidadania global é também importante refletir sobre a preposição “para”, que traduz a intencionalidade da educação. Esta questão é fundamental para sublinhar algo que (pelo menos para alguns) pode parecer evidente, que é a atribuição de um sentido ao ato de educar. Alguns autores (Dias de Carvalho, 2001; Boavida & Amado, 2006) têm apontado a necessidade de pensar a(s) finalidade(s) da educação e, a este propósito, podemos convocar teorizações que interpretam a educação enquanto projeto antropológico, ontológico e social. Deste modo, caminhamos no sentido de perceber a educação para o desenvolvimento como um processo complexo, a partir do qual as pessoas se percebem, posicionam e/ou reposicionam no seu contexto e na sua cultura. Ao querer assumir-se a ED enquanto compromisso de educação para a cidadania global está a adotar-se a ideia de que a ED é um processo educativo e de aprendizagem contínua, na medida em que promove a autorreflexão, a formação e a ação (ENED - Despacho n.º 25931/2009).

Atualmente a ED apresenta-se como um *conceito centrado na pessoa* (Rayo, 2004, p.142) e que, segundo o que se inscreve na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED, 2008) se traduz na consciencialização e sensibilização sobre os problemas de desenvolvimento, na adoção de atitudes e estratégias favoráveis a uma coesão social e no envolvimento de todos no sentido da transformação social. O conceito assume um carácter globalizante que conjuga, segundo Weis (1989, cit. por Rayo, 2004) três princípios básicos: (i)

conservar a diversidade da base de recursos naturais e culturais, (ii) manter a qualidade do planeta e (iii) garantir aos seus membros o acesso a condições de igualdade de direitos.

A ED é também caracterizada por três dimensões que, na ótica da ENED (2008), poderão ajudar a encontrar um ponto comum e conciliador entre os diversos olhares sobre o conceito. Salientam-se: a dimensão pedagógica onde se reforça a ideia de ED como um processo de aprendizagem; a dimensão ética com a inclusão de princípios como a solidariedade, a equidade e a justiça que deverão nortear o pensamento e a ação; e a dimensão política que apela para a autorreflexão crítica, para o envolvimento ativo, para a mudança. Um dos objetivos da ED é contribuir para a transformação da opinião pública, através da consciencialização para uma participação responsável do cidadão no sentido da alteração de situações que provocam desequilíbrios e injustiças a nível individual e coletivo.

Aristizábal (2010) sublinha o carácter global da ED afirmando que ela se constitui como um processo educativo constante, que favorece a compreensão sobre as inter-relações políticas, sociais e culturais através da promoção de valores e atitudes relacionadas com a solidariedade, a justiça social e a procura de caminhos para alcançar um desenvolvimento humano sustentável. Na mesma linha de entendimento, Cardoso, Magalhães e Seabra (2015) entendem que a ED, em Portugal, *assume-se como um instrumento fundamental para promover junto dos cidadãos, uma compreensão abrangente e aprofundada das causas e efeitos das questões globais e dos desafios do desenvolvimento* (p.4), capacitando os cidadãos com ferramentas úteis para a vivência da cidadania global.

Estas definições têm por base princípios unificadores que se mostram estruturantes na abordagem a questões de ED e sobre os quais nos iremos debruçar no ponto seguinte.

Princípios unificadores de educação para o desenvolvimento

A educação para o desenvolvimento (ED) abraça oito conceitos-chave (*vide* figura 1): interdependência, cidadania global, diversidade, desenvolvimento sustentável, justiça social, valores e perceções, direitos humanos e resolução de conflitos (Drake, 2006, cit. por Gouveia, 2008) que se encontram intimamente relacionados. Referem-se aos cidadãos e à forma de estar na sociedade, de se relacionarem com os outros e com as instituições sociais numa perspetiva mais geral.

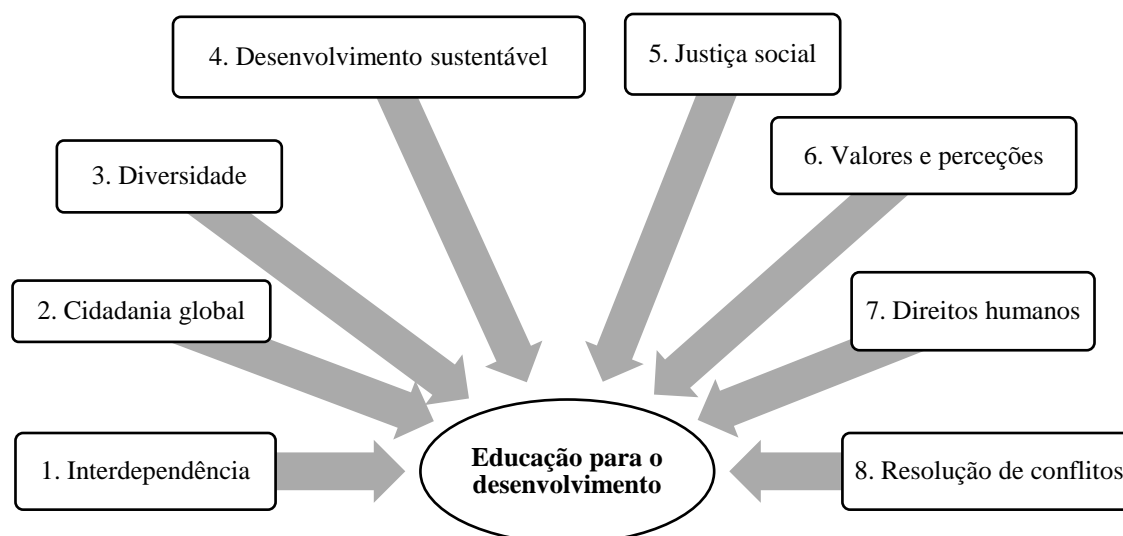


Figura 1 – Princípios unificadores de educação para o desenvolvimento

De uma maneira geral, podemos dizer que há, em todos estes princípios, uma preocupação pelo bem-comum e a ED é entendida a partir da reflexão e ação do cidadão perante a problematização, análise e discussão da realidade que o rodeia. É precisamente neste posicionamento e questionamento sobre o mundo, que se equaciona uma atitude educativa e para o desenvolvimento.

Destes conceitos-chave ou princípios unificadores (ENED, 2008) a interdependência será talvez o conceito mais geral, de onde todos os outros emergem ou se baseiam. Na sua essência está a compreensão da forma como os cidadãos, os locais e as políticas, se interligam. Importa, ainda, perceber as repercussões destas dependências numa escala local e também global.

Um outro princípio, o da cidadania global, aparece como um instrumento que tem por objetivo capacitar os cidadãos de *valores, conhecimentos e habilidades que sejam baseados e promovam o respeito aos direitos humanos, à justiça social, à diversidade, à igualdade de género e à sustentabilidade ambiental* (UNESCO, 2015, p.2) Torna-se fundamental contribuir para a formação de cidadãos globais, informados, ativos e responsáveis, preparando-os para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e esclarecida face às problemáticas atuais. Nesta lógica de cidadania que se age e se reconstrói a aprendizagem ao longo da vida, através de abordagens formais, não-formais e informais de educação, é essencial para a conquista da cidadania global que se deseja.

O conceito-chave da diversidade apela para a convivência plural, numa sociedade cada vez mais multicultural, tornando-se um desafio saber viver e conviver com todos os cidadãos. Torna-se imprescindível encarar a diversidade como algo enriquecedor e positivo na sociedade e não como uma ameaça à identidade cultural de cada país. Com a súbita presença na sociedade

de culturas e etnias diversas é necessário lutar contra todos os tipos de discriminação, exclusão e injustiça social. A educação, neste campo, tem por missão transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta (Delors *et al.*, 1999). Emerge a necessidade do diálogo entre culturas de modo a: construírem-se valores como, o respeito pela diferença, tolerância, solidariedade; fazer-se uma boa gestão das diferenças; e a retirar-se o que de melhor há no outro. Na sua essência, pretende-se que se aprenda a viver com o “outro” e se assuma a diversidade como uma riqueza (Delors *et al.*, 1999).

Um outro princípio prende-se com a ideia de desenvolvimento sustentável que se traduz em desafios que visam promover a qualidade de vida numa perspetiva integrada e que engloba preocupações ambientais, sociais e económicas. A promoção e o exercício de boas práticas em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável são premissas atuais que se reveem na partilha de informação e na participação pública em matéria ambiental. Por isso, é urgente que todos os cidadãos promovam atitudes saudáveis, modifiquem comportamentos e modos de pensar, assumam o destino do planeta como seu e adotem uma perspetiva responsável e participativa. Lembrando que o cidadão contemporâneo é um cidadão *do bairro e do planeta* (Mayer, 2002, p.83).

Justiça social é outro princípio unificador que, no seu âmago, nos remete para as práticas que conduzam a uma sociedade mais igualitária. Igualdade e liberdade são valores fundamentais para que haja justiça social, ou seja, uma sociedade não poderá ser considerada justa se não tratar os seus membros como iguais e se não reunir condições para que cada um deles participe na edificação da liberdade enquanto valor e enquanto experiência. Justiça social implica também, compensar as desigualdades, quando existem, proporcionando condições de desenvolvimento, de alargamento das oportunidades e de superação dos fatores que constituem (e por vezes legitimam) essas desigualdades.

Um outro conceito-chave é o de valores e perceções. Este leva-nos a *desenvolver uma avaliação crítica de imagens de diferentes regiões do mundo e uma apreciação do efeito que estas imagens têm nas atitudes e valores das pessoas* (Gouveia, 2008, p.19). Os valores não são iguais em todo o mundo, porque são hábitos e rotinas que se vão aprendendo de maneira inconsciente, através da rotina do dia a dia e ao longo de uma vida, eles diferem de país para país, de continente para continente, pois dependem grandemente da cultura, costumes e ideais característicos de cada sociedade. No entanto, poderá haver um relativismo cultural, mas não um relativismo ético, uma vez que os valores só deveriam diferir numa escala de utilização, uma vez que os valores são considerados universais. Numa sociedade plural, como é a atual, coexistem e convivem diferentes hierarquias

de valores, mas, se por um lado os diferentes valores não podem ser comparados em termos absolutos, por outro, a forma como se organiza essa hierarquia é uma construção pessoal e social e, portanto, não deverá ser prescrita normativamente (Pérez Serrano, 2002). Em ED são identificados alguns valores como: autoestima, compreensão, justiça-equidade, participação, solidariedade e cooperação.

O princípio dos direitos humanos traduz a necessidade dos cidadãos conhecerem os seus direitos, enquanto garantias universais que protegem todos os cidadãos, sem exceção, e de os fazerem cumprir.

O último princípio é o da resolução de conflitos que nos remete para a importância da compreensão dos conflitos, do seu impacto no desenvolvimento da sua resolução. Em todas as relações interpessoais estão implicadas pessoas distintas, por vezes, com opiniões muito próprias, divergentes e é natural que possam ocorrer situações de desentendimento e até de conflito. Encararmos o conflito como algo positivo torna-se fundamental para que as relações fluam normalmente. Assim, é importante que todos os implicados na situação compreendam o conflito, e procurem soluções conjuntas para o resolver. Após a apresentação de todas as possíveis soluções, devem seleccionar a que melhor satisfaz os interesses das partes envolvidas e que a sua execução seja viável. Pretende-se, desta forma, promover a harmonia entre todos.

Educação para o desenvolvimento: (in)visibilidade de práticas na Escola Superior de Educação

No ano letivo 2014/2015 surgiu, na Escola Superior de Educação de Bragança (ESEB), a necessidade de se trabalharem questões relacionadas com a educação para o desenvolvimento (ED) aliadas à cidadania global. Para tal, constituiu-se um grupo de trabalho formado por 5 docentes. Enquanto grupo de trabalho em ED, no ano letivo 2015/2016, organizámos um Seminário subordinado ao tema “Educação para o Desenvolvimento: Um Desafio para Todos” e pretendíamos que este se constituísse como um espaço de partilha e debate de práticas e experiências promotoras de ED. Convidámos todos os interessados (alunos, funcionários docentes e não docentes da ESEB) a participar, recorrendo à apresentação de uma comunicação em formato de poster.

A colaboração da comunidade educativa pretendia dar resposta à questão: O que fazemos na ESEB, no âmbito da ED? De toda a comunidade educativa recebemos 15 pósteres, abrangendo diferentes áreas e domínios de intervenção curricular.

Através do preenchimento de um inquérito por questionário, e numa fase posterior, o grupo de trabalho ED solicitou aos participantes que fizessem a categorização do poster apresentado

atendendo aos princípios unificadores de ED: (i) interdependência, (ii) cidadania global, (iii) diversidade, (iv) desenvolvimento sustentável, (v) justiça social, (vi) valores e percepções, (vii) direitos humanos e (viii) resolução de conflitos.

Da experiência educativa, projeto ou investigação descritos em cada poster apresentado, os autores/participantes assinalaram ainda as medidas da ENED que consideraram estar presentes e que se constituíram como categorias e subcategorias de análise (*vide* tabela 1).

Categorias de análise	Subcategorias de análise
A) Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.	A1 Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.
	A2 Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.
	A3 Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.
	A4 Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.
	A5 Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.
	A6 Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.
	A7 Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.
B) Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, complementando a participação das comunidades educativas.	B1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.
	B2 Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.
	B3 Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.
	B4 Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.
	B5 Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.
	B6 Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento
C) Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de	C1 Promoção do reconhecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

grupos diversos da sociedade portuguesa.	C2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.
	C3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.
	C4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.
	C5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.
D) Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.	D1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.
	D2 Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.
	D3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os <i>media</i> , sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, <i>Wikis</i> e redes sociais).
	D4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.
	D5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.
	D6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.
	D7 Promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de <i>media</i> e jornalistas.
	D8 Promoção da participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

Tabela 1 – Categorias e subcategorias de análise

O grupo de trabalho ED fez também a categorização dos pósteres considerando, de igual forma, os mesmos aspetos, sem ter conhecimento prévio da avaliação que cada um dos autores realizou. Deste estudo, de cariz exploratório, fez-se uma análise qualitativa dos dados, considerando todos os registos: o olhar das investigadoras e o olhar dos autores/participantes.

No olhar dos autores/participantes (*vide* figura 2) acentua-se o princípio unificador do desenvolvimento sustentável (10) e a cidadania global a par com a diversidade (9) como os mais apontados e os de justiça social e resolução de conflitos, como os princípios menos indicados. No olhar das investigadoras (*vide* figura 3), e no que diz respeito aos princípios unificadores da ED, sobressai o princípio da cidadania global como o mais observado nos pósteres e o da resolução de conflitos como o menos observado.

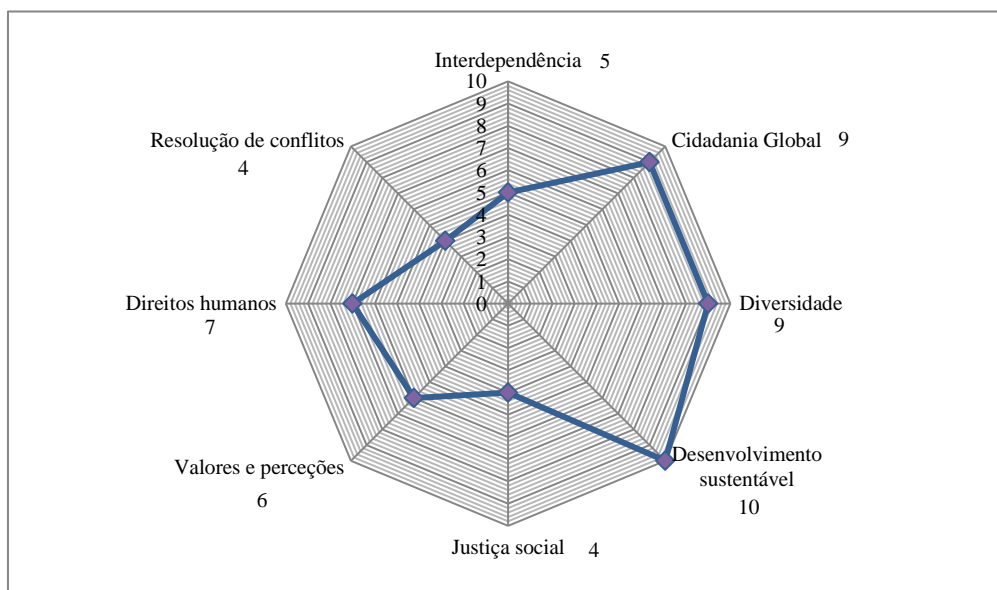


Figura 2 – Olhar dos autores/participantes sobre os princípios unificadores de ED implícitos nos pósteres

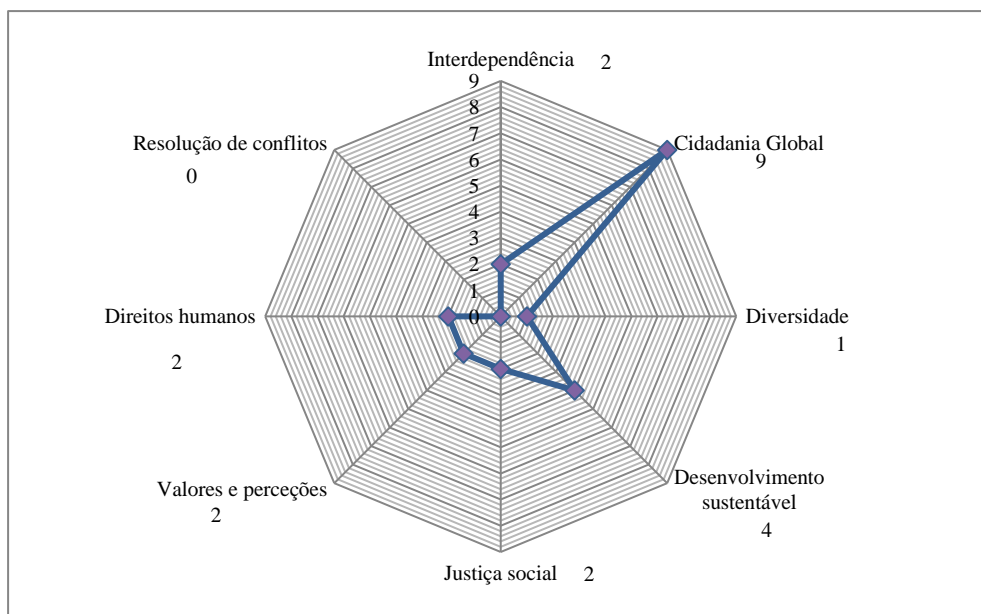


Figura 3 – Olhar das investigadoras sobre os princípios unificadores de ED implícitos nos pósteres

Ao analisar a categoria A (promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional) (*vide* figura 4), podemos referir que, do ponto de vista das investigadoras, o item mais assinalado foi o A3 que diz respeito à disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

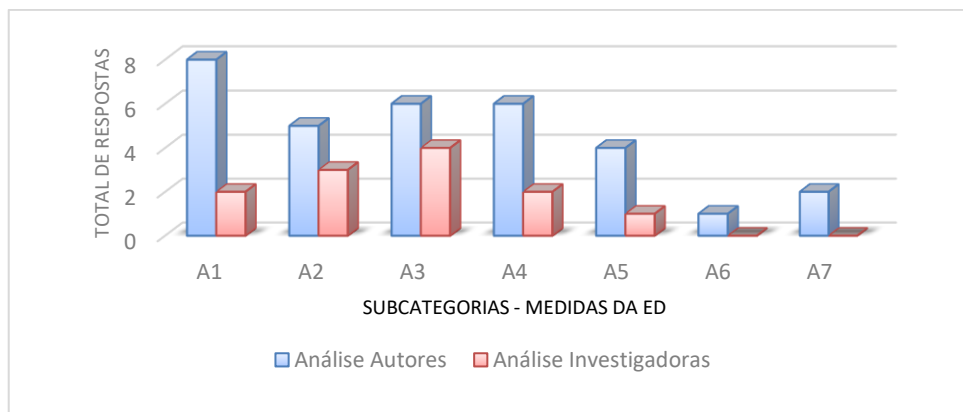
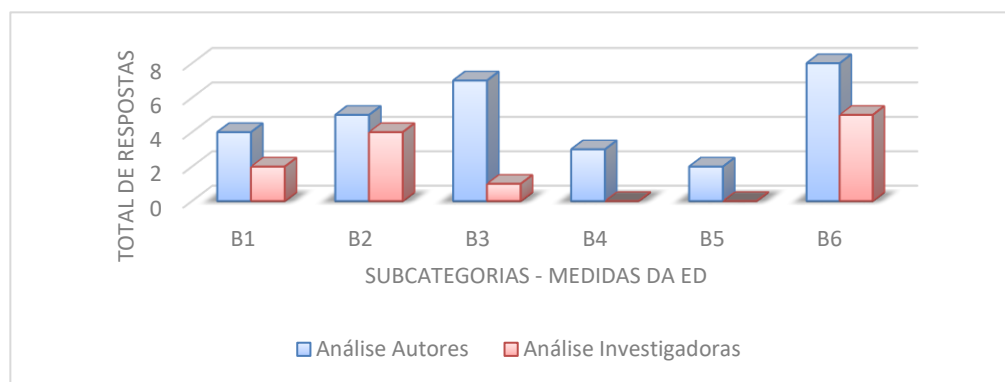


Figura 4 – Objetivo 1 da ED

Os menos assinalados foram: o A6 que se refere à implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED; e o A7 que diz respeito ao alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional. No que concerne ao olhar dos autores/participantes (*vide* figura 4) o objetivo mais assinalado foi a A1 (aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade). Enquanto que a menos assinalada foi A6 (implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED).

Procedendo à análise verificamos que na Categoria B (promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, complementando a participação das comunidades educativas) as investigadoras apontam a subcategoria B6 (criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento) como a mais observada no conteúdo dos pósteres.



Figura

Objetivo 2 da ED

5 –

Neste caso o olhar dos autores/participantes (*vide* figura 5) coincidiu com o olhar das investigadoras por ser a subcategoria com maior número de registos, no entanto, é importante referir que não se verifica igualdade (ou sequer proximidade) no número de observações efetuado pelas investigadoras.

Por outro lado, as subcategorias B4 (desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas) e B5 (promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul) foram consideradas como as menos assinaladas.

A análise da figura 6 remete-nos para a Categoria C (promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa) e podemos verificar que mais uma vez os olhares são distintos.

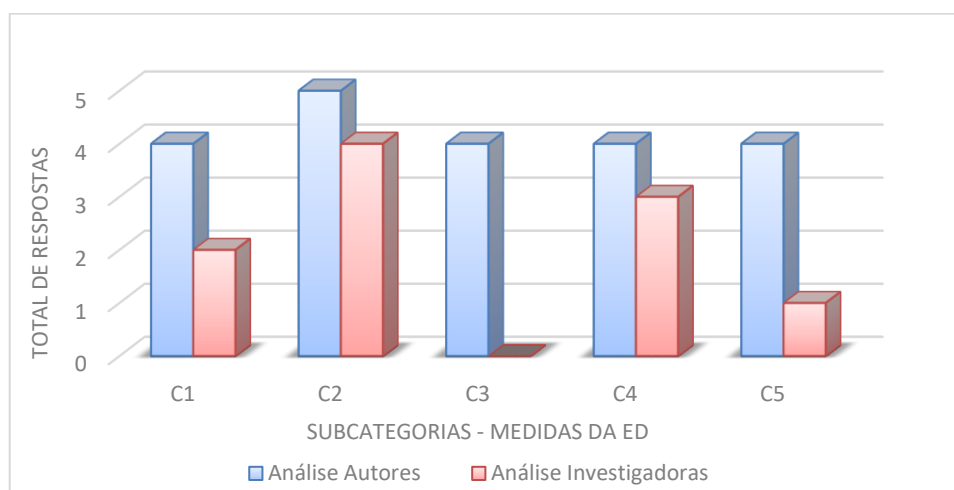


Figura 6 – Objetivo 3 da ED

Ainda no que diz respeito à categoria C, autores/participantes e investigadoras selecionam a subcategoria C2 (criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade) como aquela que mais se verifica nos pósteres. No entanto, no que se refere às restantes subcategorias, pode observar-se que as frequências de classificação são iguais, de acordo com o ponto de vista dos autores. Ainda no que concerne a este assunto destacamos que enquanto se observam quatro registos em C3 (promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa) por parte dos autores/participantes dos pósteres, as investigadoras não os classificaram nesta subcategoria.

As investigadoras, na Categoria D (promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores) (*vide* figura 7), registaram evidências em três subcategorias (D1, D2, D6). Os autores/participantes verificaram informações relevantes em todas as subcategorias.

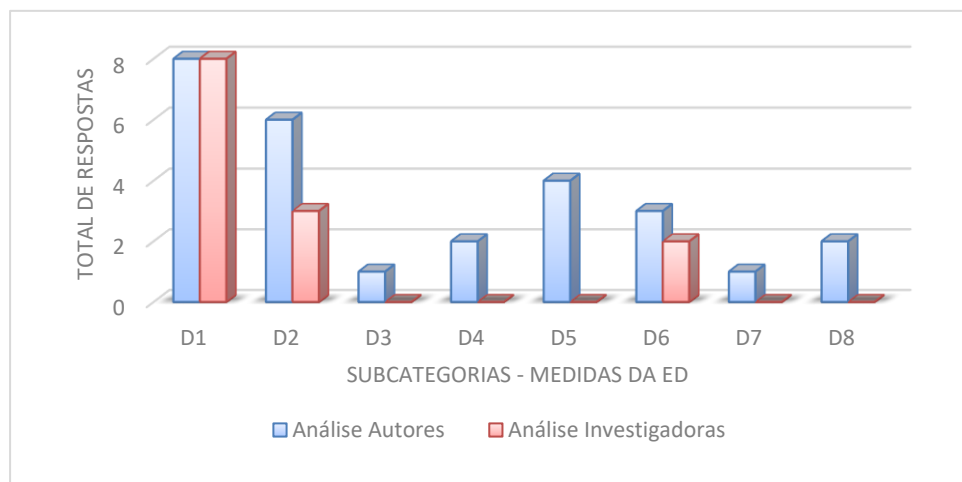


Figura 7 – Objetivo 4 da ED

Para ambos os grupos (autores/participantes e investigadoras) a subcategoria D1 (promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED), foi aquela que reuniu um maior número de ocorrências (*vide* figura 7).

Considerações finais

No olhar dos autores/participantes, o princípio unificador do desenvolvimento sustentável foi o mais indicado e quanto ao objetivo geral a escolha recai na promoção da capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e na criação de dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional. No olhar das investigadoras, e no que diz respeito aos princípios unificadores da ED, sobressai o princípio da cidadania global. Se considerarmos os objetivos gerais salienta-se a promoção de atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

A análise global dos resultados permite observar que os autores/participantes foram mais generosos na análise efetuada, uma vez que consideraram que os seus pósteres respondiam a um número mais elevado de princípios unificadores da ED e também a um número mais elevado de objetivos específicos e medidas a implementar. Ao contrário, as investigadoras foram muito mais comedidas na atribuição de correspondências entre cada um dos pósteres e os princípios unificadores da ED e os objetivos específicos e medidas de implementação.

No que diz respeito aos princípios unificadores, a maior convergência entre os dois grupos (autores/participantes e investigadoras) centra-se no facto de ambos terem assinalado com frequência elevada que os projetos apresentados nos pósteres se enquadram no princípio Cidadania Global e a maior divergência regista-se no princípio unificador Diversidade, para o qual os autores/participantes consideram que há um grande contributo do conjunto dos pósteres apresentados, enquanto as investigadoras consideram um contributo apenas residual. No que diz respeito aos objetivos específicos da ED, as maiores convergências entre os dois grupos registam-se nas medidas de implementação categorizadas por A3 (disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED), B6 (criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento), C2 (criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade) e D8 (promoção da participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos), visto que ambos os grupos consideram que um número elevado dos projetos apresentados nos pósteres concretiza essas medidas de implementação, nomeadamente ao nível da disponibilização de informação e de dispositivos pedagógicos e da criação de condições para o incremento das ações de ED em diferentes tipos de contextos, formais e não formais. Contudo, merece destaque que existem acentuadas divergências de opinião entre autores/participantes e as investigadoras em relação ao contributo dos projetos apresentados nos pósteres para a concretização de muitas das outras medidas de implementação dos objetivos específicos da ED.

Da reflexão crítica comparativa que fizemos podemos apontar que a dificuldade encontrada pelos autores/participantes e pelas investigadoras relativas aos conceitos e processos de ED resulta de uma conceptualização teórica muito ampla e algo difusa, o que coloca entraves à comunicação sobre o tema entre os vários atores. Para podermos ultrapassar este obstáculo e de modo a construirmos uma maior e melhor convergência de olhares, é importante procedermos à redefinição da conceptualização de ED tornando-a mais clara e mais objetiva.

Para finalizar é importante sublinhar que apesar desta diversidade de olhares traduzir uma óbvia necessidade de reflexão partilhada ela traduz, também, o enorme potencial conceptual e praxiológico das situações e desafios marcados pela complexidade.

Referências

Aristizábal, A. (2010). El sistema de la cooperacion internacional al desarrollo. Evolución histórica y retos actuales. In C. C. Tormo & M. de los L. Gómez-Torres (Coords.). *La*

- Cooperación Internacional para el Desarrollo—edición revisada*. Valencia: Editorial Universitat Politecnica de Valencia, 7-52.
- Boavida, J. & Amado, J. (2006). A especificidade do educativo: seu potencial teórico e prático. *Revista portuguesa de pedagogia*, ano 40 (1), 43-61.
- Bourn, D. (2014). What is meant by development education. *Sinergias: Diálogos Educativos para a Transformação Social*, 1. Porto: Fundação Gonçalo da Silveira e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 7-23.
- Cardoso, J., Ferreira, P. & Seabra, M. (2015). *Portugal e os desafios atuais da cooperação para o desenvolvimento*. IEEI. http://cea.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/Portugal-e_os-Desafios-atuais-da-coopera%C3%A7%C3%A3o-para_desenvolvimento_090712.pdf. Acedido a 19/04/2017.
- Delors, J. et al. (1996). *Educação – Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Porto: Edições ASA.
- Despacho n.º 25931/2009 – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.
- Dias de Carvalho, A. (2001). A filosofia da educação: perspetivas e perplexidades. In A. Dias de Carvalho (Org.). *Filosofia da educação: temas e problemas*. Porto: Edições Afrontamento, 11-35.
- ENED (2008). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*. http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/estrategia_nacional_ed.pdf. Acedido a 20/03/2016.
- Gouveia, C. (2008). Educação para o Desenvolvimento. In *Educar sem fronteiras*. Boletim n.º 4, fevereiro. Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Mayor, M. (2002). Ciudadanos del barrio y del planeta. In F. Imbernón (Coord.). *Cinco ciudadanías para una nueva educación*. Barcelona: Graó, 83-104.
- Pérez Serrano, G. (2002). *Educação em valores: como educar para a democracia*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Quintana Cabanas, J. M. (2002). *Teoria da educação: concepção antinómica da educação*. Porto: Edições Asa.
- Rayo, J. T. (2004). *Educação em direitos humanos. Rumo a uma perspectiva global*. Porto Alegre: Artmed.
- UNESCO (2015). **Global Citizenship Education: Topics and learning Objectives**. Paris: UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232993e.pdf>. Acedido a 15/04/2017.